



Diná Andrade Lima Ramos  
Denise de Alcântara Pereira  
(Organizadoras)

# TERRITORIALIDADES, POLÍTICAS E SUSTENTABILIDADE:



Agenda e questões contemporâneas

Atena  
Editora  
Ano 2022



Diná Andrade Lima Ramos  
Denise de Alcântara Pereira  
(Organizadoras)

# TERRITORIALIDADES, POLÍTICAS E SUSTENTABILIDADE:



Agenda e questões contemporâneas

Atena  
Editora  
Ano 2022

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

**Imagens da capa**

BNDigital, da Fundação Biblioteca

Nacional

Adaptado por Victor Celestino Vieira

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à

Atena Editora pelos autores.

*Open access publication* by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial****Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador  
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
 Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
 Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
 Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
 Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

## Territorialidades, políticas e sustentabilidade: agenda e questões contemporâneas

**Diagramação:** Natália Sandrini de Azevedo  
**Correção:** Mariane Aparecida Freitas  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Ivoneide Jesus  
**Organizadoras:** Diná Andrade Lima Ramos  
 Denise de Alcantara Pereira

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)</b>	
T327	<p>Territorialidades, políticas e sustentabilidade: agenda e questões contemporâneas / Organizadoras Diná Andrade Lima Ramos, Denise de Alcantara Pereira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.</p> <p>Formato: PDF                      Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader                      Modo de acesso: World Wide Web                      Inclui bibliografia                      ISBN 978-65-258-0835-2                      DOI: <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.352221412">https://doi.org/10.22533/at.ed.352221412</a></p> <p>1. Território. 2. Política. 3. Sustentabilidade. I. Ramos, Diná Andrade Lima (Organizadora). II. Pereira, Denise de Alcantara (Organizadora). III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 320.12</p>
<b>Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166</b>	

**Atena Editora**  
 Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
 Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**

Roberto de Souza Rodrigues, Reitor

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

Lúcia Helena Cunha dos Anjos, Pró-Reitora

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**

Diná Andrade Lima Ramos, Coordenadora do PPGDT

**PROJETO EDITORIAL**

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas

**COORDENAÇÃO EDITORIAL**

Diná Andrade Lima Ramos (coordenação)

Denise de Alcantara Pereira

Thássia Andryna Silva de Paula

Rafaela Rosa Chaves Cardoso

Nicholas Augusto Mendes da Rocha Lima

**COMITÊ CIENTÍFICO**

Rosângela Cavalazzi (UFRJ)

Ariel Garcia (CONICET)

Carlos Antônio Brandão (UFRJ)

Cezar Augusto Miranda Guedes (UFRRJ)

Antenora Maria da Mata Siqueira (UFF)

**Realização**



**Apoio**



## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



A iniciativa de organizar e lançar um livro para marcar os dez anos do PPGDT revela a essência do empenho e da competência da comunidade acadêmica do Programa na produção científica: o compromisso com a construção do conhecimento e reconhecimento dos saberes locais, prioritariamente (mas não exclusivamente) sobre a região referência da UFRRJ.

O título da obra expressa alguns dos pilares conceituais do Programa que são trabalhados criticamente nos capítulos: território-territorialidade, ambiente, sustentabilidade e políticas públicas.

Por ser um curso interdisciplinar, que conta com docentes e discentes de várias áreas do conhecimento, é possível encontrar contribuições diversificadas para as mesmas categorias e conceitos nos textos apresentados. Antes de serem consideradas ecletismo ou incoerência, é importante reconhecer que elas são originárias de concepções dos campos disciplinares, o que torna rica a síntese do diálogo desse coletivo.

O conteúdo organizado na publicação revela os objetos de pesquisa elaborados a partir das principais demandas identificadas/construídas no território de abrangência, ou fora dele, por docentes e discentes do PPGDT. De modo competente, todos os capítulos atendem aos critérios de uma produção científica de qualidade no que tange a uma base teórica consistente, a explicitação dos objetivos e da metodologia definida para alcançá-los, a apresentação dos resultados e sua discussão, que lhes deu elementos suficientes e coerentes para a conclusão/considerações finais. Quero destacar a importância de o livro contemplar abordagens sobre etnia, gênero, populações tradicionais, questão fundiária, desastres, dentre outras, demonstrando o compromisso científico com esses sujeitos e questões.

Neste sentido, o livro torna-se protagonista síntese dos 10 anos de existência do PPGDT. Programa ainda jovem, apresenta uma relevante trajetória de consolidação que culmina com este presente para todos nós.

Consolidar um programa de pós-graduação na área do PURD-Planejamento Urbano e Regional e Demografia longe (fisicamente) do centro de decisões da Universidade não é algo simples, mesmo quando ele é multicampi e com os recursos tecnológicos existentes. Exige empenho e esforço redobrado de gestores, docentes, técnicos e estudantes para criar uma ambiência universitária. Quando além de fora da sede são localizados em pequenos e médios municípios, em especial aqueles longe das metrópoles onde a riqueza cultural, acadêmico-científica e de infraestrutura existente contribui para ampliar o repertório da comunidade acadêmica, exigem formas diferenciadas de potencialização dos recursos e bens existentes. Nesses espaços ocupados desigualmente, característica inerente ao modelo de desenvolvimento capitalista, há que buscar outras formas de se ter acesso a bens públicos que possam ampliar os horizontes do conhecimento. E o PPGDT tem honrado o seu compromisso!

Parabéns às organizadoras, autoras e autores dos capítulos e demais profissionais que, juntos, tornam essa obra possível!!

Parabéns ao PPGDT pelos 10 anos!!

Antenora Maria da Mata Siqueira

## AGRADECIMENTOS

Este livro foi gerado coletivamente, com o apoio dos docentes, discentes e egressos do programa que dele participaram, direta ou indiretamente, aos quais somos gratas.

A publicação foi possível graças ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, e pelas bolsas de pós-graduação financiadas pela CAPES, que possibilitam a dedicação exclusiva aos mestrandos e mestrandas contemplados com esse importante recurso

Agradecemos também À FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, pelas Bolsas Jovem Cientista de Nosso Estado, pelas bolsas de Iniciação Científica, e por outros apoios e fomentos que auxiliam e financiam as pesquisas realizadas pelos coautores desta obra.

Agradecemos a ex-Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFRRJ, Prof. Dra. Lucia Anjos, pelo estímulo e acompanhamento das ações de nosso Programa, e por sua liderança competente e ética.

Agradecemos a atuação dos discentes que participaram da coordenação editorial e foram fundamentais para sua efetivação, a saber: Mestre Thássia Andryna Silva de Paula, Mestre Rafaela Rosa Chaves Cardoso e Mestrando Nicholas Augusto Mendes da Rocha Lima.

Agradecemos ao egresso do PPGDT Vinicius Brandão e ao bolsista de Iniciação Científica Victor Celestino que conceberam as ideias iniciais da capa do livro.

Somos profundamente gratas pelos pareceres emitidos pelos membros do Comitê Científico formado pelos professores Dra. Antenora Maria da Mata Siqueira da UFF-Campos, Dr. Ariel Garcia, do CONICET, Dr. Carlos Antônio Brandão (UFRJ), Dr. Cezar Augusto Miranda Guedes (UFRRJ) e Dra. Rosângela Cavalazzi (UFRJ).

Agradecemos a Prof. Dra. Antenora Maria da Mara Siqueira pelo texto da orelha do livro, ao Prof. Dr. Cezar Guedes, pelas palavras do Prefácio, e pela convivência durante todos os anos em que estive vinculado ao PPGDT, e ao prof. Carlos Antônio Brandão, pela inspiradora epígrafe do livro.

Finalmente, mas não menos importante, gostaríamos de agradecer aos docentes da UFRRJ e fundadores do PPGDT, alguns seguindo hoje outros caminhos, por sua perseverança e cooperação na criação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, que se consolida fundamentado na tríade Desenvolvimento, Território e Estado. Nomeadamente são elas e eles, Profa. Dra. Adriana Schueler, Profa. Dra. Beth Rocha, Prof. Dr. Carlos Brandão, Prof. Dr. Cesar da Ros, Prof. Dr. Cezar Guedes, Profa. Dra. Cristhiane Amâncio, Prof. Dr. Lamounier Vilella, Prof. Dr. Luiz Carlos de Oliveira Lima, Prof. Dr. Robson Amâncio e Prof. Dr. Robson Dias da Silva.

O decênio do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT) representa uma data a ser celebrada! Este momento reflete a persistência e o esforço, coletivo e individual, de todos que fazem parte de sua trajetória. Ao comemorar seus dez anos, com esta coletânea, revisitou-se sua evolução, estimulou-se sua autocompreensão identitária e, consolidou-se seu papel socioeconômico, cuja abrangência espacial ultrapassa o entorno dos Campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), que o acolhe. Nesta oportunidade, como toda boa festividade, há convidados ilustres, entre os quais incluem-se os leitores, bem como docentes, egressos do Programa, que participam desde sua fundação, acrescentando brilho e inspiração, com sua contribuição a esta obra. Os capítulos demonstram a capacidade de seu qualificado corpo docente, oriundo de diferentes campos do conhecimento e instituições parceiras, somado aos esforços de seus alunos e ao apoio das agências de fomento, para oferecer, como contrapartida social da universidade pública, resultados de estudos, com potencial revelador e/ou transformador, sobre o desenvolvimento do território, em suas múltiplas dimensões e escalas. Tal construção é sempre desafiadora, considerando que os temas da área de Planejamento Urbano e Regional, e Demografia, envolvem problemas complexos da ciência, exigindo saberes e respostas multidisciplinares, o grande trunfo do PPGDT. A coletânea reflete o ganho científico e dialógico, das diferentes disciplinas, em busca de uma sociedade plural, inclusiva, diversa, justa, igualitária e democrática.

## PREFÁCIO

O que mais há na terra, é paisagem.

A edição deste livro é muito bem-vinda, pois comemora os dez anos de atividade do PPGDT - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, da melhor e mais genuína forma que poderia ser feita; mostrando parte significativa da produção multifacetada nos variados temas e abordagens ao longo dessa década que merece mesmo uma avaliação de conjunto. O que se destaca é a busca das conexões do território em seus âmbitos urbano e regional com a elaboração e aplicação de políticas públicas (ou de sua ausência, o que também é uma opção) em questões socioambientais e econômicas.

Nas primeiras linhas do romance de José Saramago, *Levantado do chão* (Bertrand Brasil, 2008), ali está escrito: *“O que mais há na terra, é paisagem. Por muito que do resto lhe falte, a paisagem sempre sobrou, abundância que só por milagre infatigável se explica, porquanto a paisagem é sem dúvida anterior ao homem, e apesar disso, de tanto existir, não se acabou ainda. Será porque constantemente muda: tem épocas no ano que o chão é verde, outras amarelo, e depois castanho ou negro. E também vermelho, em lugares que é cor de barro ou sangue sangrado. Mas isso depende do que no chão se plantou e cultivava, ou ainda não, ou não já, ou do que por simples natureza nasceu, sem mão de gente, e só vem a morrer porque chegou o seu último fim. Não é tal o caso do trigo, que ainda com alguma vida é cortado. Nem do sobreiro, que vivíssimo, embora por sua gravidade o não pareça, se lhe arranca a pele. Aos gritos”*.

Na prosa poética de Saramago está posto de forma sutil e bela, o que demarca a fronteira da pura paisagem, “sem a mão de gente” com algo a mais, o território, este sim, marcado pelos seres humanos que ali vivem com suas relações de cooperação e conflito. Por isso tomei emprestada essa primeira frase do romance de Saramago, pois é a partir daí que reside o desafio maior de nosso trabalho, produzir conhecimento socialmente útil aplicado a problemas e soluções propositivas na múltipla e complexa paisagem dos territórios que nos rodeiam. Nessa nossa primeira década, isso implicou em compromissos, no melhor sentido da palavra, com abordagens interdisciplinares trabalhando num esforço organizado em duas linhas de pesquisa: 1. Desenvolvimento e políticas públicas e 2. Sustentabilidade e Territorialidades. Dessa forma, as distintas formações acadêmicas do corpo docente funcionaram como um DNA aliado às motivações de cada um de nós e foi potencializada no trabalho conjunto com nossos mestrandos. A interdisciplinaridade não é algo que se declara simplesmente como um procedimento metodológico que escolhemos e alcançamos, mas, principalmente, como algo que se busca e pratica por variados caminhos nada triviais.

No vasto campo das Ciências Sociais Aplicadas, ao iniciarmos um projeto de

pesquisa e alinharmos as perspectivas, nos deparamos com uma dúvida básica: por onde começar? Certamente o contexto, as referências históricas, conceituais e metodológicas devem ser levadas em conta. Entretanto, uma vez depurada essa carpintaria teórica em seu aspecto mais substantivo, é no território e nas pessoas que vivem lá que deve estar essa argamassa da pesquisa. Do contrário, a aderência e qualidade da pesquisa estarão comprometidas. Isso deriva de uma questão básica: em tese e vistos de longe os fenômenos sociais são mais fáceis de entender. Só que, ao nos aproximarmos de suas gêneses e dinâmicas, outras complexidades se impõem. A teoria é absolutamente fundamental, mas não basta. O campo a ser conhecido e analisado é o desafio suplementar.

Em *A moral secreta dos economistas* (Unesp, 2001), Albert Hirschman acentua a necessidade de “ouvir o paciente” e atribui a essa frequente lacuna o motivo principal de muito da prática do planejamento regional não atingir seus objetivos. Tentando ser didático: a economia é de mercado, mas a sociedade não. Portanto, os contingentes humanos, seja em que escala for, devem ser considerados para além de uma totalidade ou apenas como um mercado. As carências e a falta de acesso à moradia, segurança, trabalho, saúde e transporte são variadas e muito frequentes no Brasil. Há um caminho de soluções em que a Universidade tem um papel fundamental e a gestão do território em particular, tem uma linha de elaboração que poderia e deveria ser mais acionada, mas a questão dessa defasagem é de natureza política, o que condiciona soluções técnicas mais efetivas ou não, referentes ao interesse público.

A mobilidade urbana, por exemplo; nossa Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi se adensando intensamente, assim como tantas outras no Brasil, sem que houvesse uma resposta adequada quanto aos transportes de massa, seja no fortalecimento de sua malha ferroviária, assim como na utilização da Baía da Guanabara como alternativa de transporte hidroviário, com terminais em São Gonçalo, e também mais ao fundo da Baía da Guanabara. Essas infraestruturas têm um papel evidente para aliviar o tráfego rodoviário no movimento pendular casa-trabalho e são soluções técnicas que existem e estão disponíveis. Mas na escala local dos municípios os lobbies dos transportes e do mercado imobiliário são o poder real que, ao contrário do poder público, não vão a votos e de certa forma estão sempre no poder. Entretanto, nosso parceiro privilegiado é a sociedade e suas articulações com a base material e imaterial da economia e o poder público.

Os textos apresentados têm como eixo o desenvolvimento territorial sustentável em diferentes escalas espaciais. Há também o tema das inovações e a busca por maior eficiência e tecnologias sociais, pois ao contrário do que se diz frequentemente, nossos problemas não derivam do custo do trabalho, mas das desigualdades e da ausência de um engajamento mais efetivo na educação, na ciência e nas tecnologias voltadas para os fundamentos estruturais e sociais, no sentido de uma economia sustentável que privilegia a produção, o emprego e o bem-estar social.

A intenção desse conjunto de textos é, portanto, dar a conhecer de forma mais ágil

a natureza do trabalho que vimos realizando desses dez anos e que a leitura, críticas e discussões, sirvam de estímulo para que façamos mais e melhor nessa produção acadêmica coletiva que vem se fazendo no esforço de cada um, mas que somados na interlocução, cria sinergias. Tenho prazer e alegria em ter participado da criação do PPGDT e destes primeiros anos que agora comemoramos.

Boa leitura!

Cezar Augusto Miranda Guedes

## INTRODUÇÃO

Celebrar dez anos de existência do Programa de Pós-Graduação de Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas – PPGDT – em 2022, pode parecer, em um primeiro olhar, um contrassenso. Nos últimos dois anos, estivemos mergulhados na pandemia e limitados em nossas atividades de ensino, pesquisa e extensão; nas pesquisas-ações, do trabalho de campo, das interações com as comunidades, e atuando remotamente. Devemos enfatizar, contudo, que a pandemia ainda não acabou! Que os festejos (no sentido de comemoração) se dá ainda em meio à morte e à alta transmissibilidade, mas apostamos na vida (a vivida e, a que ainda está por vir).

Ainda assim, a celebração de tão benfazeja data faz todo o sentido, ao percebermos que, apesar das dificuldades e inconvenientes desses dois anos de ensino remoto, e, demais atividades acadêmicas à distância, nossa produção se amplia e consolida o PPGDT. O programa vem formando, para além de mestrandos, profissionais qualificados, capazes de compreender, criticamente, os problemas e fortalezas, em seu entorno e no mundo, tornando-se sujeitos capazes de fazer a diferença e transformar vidas. Muitos de nossos egressos, em adição, já atuam ou lecionam em vários níveis educacionais, na área ou afins, ou mesmo seguem aprofundando seus conhecimentos em programas de doutorado de excelência.

A trajetória do PPGDT inicia-se a partir da junção de docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. A partir da experiência acumulada e da convergência de interesses, almejam a criação de um programa multidisciplinar, plural e multicampi. Vinculado à grande área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia (PURD), tem como seus eixos epistemológicos as questões territoriais e as políticas públicas, em que o urbano, o rural e o regional delimitam os recortes espaciais das pesquisas desenvolvidas.

O foco do programa recai sobre as questões e demandas dos territórios de seu entorno imediato, mas não exclusivamente, e nos conflitos e relações desiguais entre o ambiente, a economia e a sociedade – os três pilares da sustentabilidade. Desde a primeira turma, em 2012, buscou-se ampliar as investigações e a produção intelectual, sempre de forma dialógica e interdisciplinar, sobre as temáticas relativas ao desenvolvimento dos territórios, em suas múltiplas dimensões: econômicas, sociais, político-institucionais, éticas, culturais, ambientais, tecnológicas e científicas. Desde sua criação, já foram titulados 92 Mestras e Mestres em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas.

Evidencia-se, aqui (creio que assim é mais para conclusão, mas não tem dados acima para afirmar isso), o caráter fundamental do Programa, a interdisciplinaridade, que também é base dos estudos urbanos e regionais, focados nos processos prospectivos e de planejamento. Os fundamentos e aportes teóricos das pesquisas, levadas a cabo no PPGDT, abrangem uma variada gama de temas e escalas, tendo a integração de docentes de áreas

as mais diversas, no âmbito da instituição, desde as Ciências Econômicas, Arquitetura e Urbanismo, passando pelo Turismo e Agronomia e abrangendo ainda História, Geografia, Ciências Jurídicas e Administração Pública e Empresarial. Fato este que se fortalece com o amálgama na composição do corpo docente com professores provenientes de Instituições parceiras, como EMBRAPA-Agrobiologia, EMBRAPA-Solos, UFF-Volta Redonda e IFRJ-Pinheiral, e de programas parceiros como o PPGCTIA - Programa de Pós-graduação Binacional em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária, onde co-atuam docentes do PPGDT e para onde vários de nossos egressos, desenvolvem o Doutorado .

A multidisciplinaridade é um dos trunfos do PPGDT, pela riqueza do debate e intercâmbios possíveis, cujas controvérsias e divergências de ideias e posicionamentos entre o(a)s docentes e pesquisadores envolvidos tornam-se, sem dúvida, necessárias ao debate acadêmico de qualidade.

O período de atuação remota não arrefeceu nossos ânimos. Ao contrário, docentes e discentes do programa superaram os desafios ao lidarem com tecnologias, as quais, até então, não dominavam. Assim, continuamos a promover, ainda que com limitações, a produção intelectual, que apresentamos nessa segunda produção coletiva do Programa (todas foram publicadas durante a pandemia?). Há que se registrar nosso reconhecimento aos docentes do Programa, que, em nenhum momento interromperam suas pesquisas, apoiando e sendo apoiados pelos discentes, em seu desenvolvimento acadêmico. Buscaram maximizar os instrumentos e meios disponibilizados pela UFRRJ, pelas redes sociais e canais gratuitos de difusão de informação, para mitigar os efeitos ao processo de aprendizagem, diante do necessário distanciamento social imposto pela pandemia sanitária da Covid 19. Reconhecemos também a garra demonstrada por nossos discentes, que mesmo diante de todos os desafios envolvidos nessa adaptação, persistiram em seus propósitos.

Nem mesmo o V Fórum do PPGDT - que corre anualmente para estimular a participação discente em eventos acadêmicos e para preparar os discentes concluintes para a defesa - e o I Seminário Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro, inicialmente planejados para ocorrerem presencialmente, nas instalações da UFRRJ, foram cancelados. Ao contrário, foram realizados em junho daquele ano, pioneiramente de forma totalmente remota, com financiamento da Fundação Carlos Chagas de Auxílio à Pesquisa - FAPERJ. Na sequência, em 2021, no mesmo formato virtual, ocorreu o VI Fórum do PPGDT. A partir da profícua experiência do V Fórum acima citado, em que debatemos por três dias as temáticas afins ao Programa, pudemos editar e publicar o E-book *Reflexões em Desenvolvimento Territorial: limites, vivências e políticas no Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro*, pela Editora Mórula naquele mesmo ano. No VI Fórum houve apresentações dos resultados das pesquisas e vários debates, proporcionados por convidados ilustres, que abrilhantaram o evento em seus três dias de realização. Desse evento resultaram as dissertações da Turma iniciada em 2019 e, várias publicações conjuntas entre discentes e



docentes em periódicos, qualificados pela área PURD da CAPES.

O presente livro, que está gratuitamente disponibilizado à comunidade acadêmica e ao público em geral, no formato E-Book, apresenta um panorama da atuação na pesquisa de nossos docentes e discentes e está estruturada em quatro partes. Importante salientar, que apesar de o PPGDT possuir uma única área de concentração – Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas – e duas linhas de pesquisa – (1) Desenvolvimento e Políticas Públicas e (2) Sustentabilidade e Territorialidades, a organização dos capítulos não segue esta ordenação. Priorizou-se agrupar os textos conforme as temáticas e escalas de abrangência, demonstrando e fortalecendo o caráter múltiplo, transversal e interdisciplinar das produções. Outro aspecto importante é a presença, em vários artigos, do trabalho colaborativo entre docentes e egressos do PPGDT e de pesquisadores vinculados ou não à instituição, que cooperam em redes de pesquisa, fortalecendo o debate transversal e plural da área PURD.

Assim, o livro está organizado em quatro partes que abarcam os interesses dos pesquisadores vinculados ao programa. A Parte I, intitulada *Desenvolvimento Territorial, Rural e Sustentabilidade*, integra questões e apontamentos conceituais relativos ao eixo estruturador do Programa. A Parte II, sob o título *Desenvolvimento Regional e Economia e Gestão*, envolve as pesquisas que discutem, na escala da economia regional, os impactos de ações e políticas em nível federal sobre os territórios. A Parte III - *Conflitos Socioambientais e Territoriais* - traz os resultados de investigações sobre interseccionalidades e segurança pública, questões ambientais e segurança ambiental de territórios disputados. A Parte IV, *Delimitações Regionais e Territoriais*, integra contribuições relacionadas aos recortes espaciais nas áreas do entorno dos *campi* da UFRRJ, que sofrem influência e são influenciadas mutuamente, enfatizando a cidade como polo de desenvolvimento com equilíbrio e justiça social.

A Parte I é iniciada pelo Capítulo 1 - *Desenvolvimento Territorial Sustentável: alguns apontamentos*, por Tatiana Cotta Gonçalves Pereira, que conceitua e problematiza a construção epistemológica do conceito de desenvolvimento territorial sustentável, tal qual desenvolvido em aulas da disciplina homônima ofertada pelo Programa. Unindo literatura consagrada a debates e pautas institucionais nas áreas do planejamento urbano e do urbanismo, o objetivo é trazer as noções chave de território e desenvolvimento sustentável, com as suas nuances, críticas e possibilidades; bem como traçar um panorama sobre como as questões urbanas e regionais se espacializam, trazendo conceitos como urbano, rural, metropolização, periferização e centralidades. Com essa abordagem, pretende-se que a concepção de desenvolvimento territorial sustentável construída auxilie na formulação, implementação e gestão de políticas públicas.

O Capítulo 2 - *Desenvolvimento territorial sustentável: uma análise comparativa entre experiências de Los Lagos-Chile, Imbabura-Ecuador e Baía da Ilha Grande-RJ Brasil*, elaborado a oito mãos por egressos, docentes e pesquisador externo ao Programa,

Jover Negrão, Lamounier Erthal Villela, Daniel Netto Francisco e Patrick Gomes, analisa as experiências interinstitucionais e internacionais tornadas possíveis pelo Programa Pró-Integração, da Capes, integrando a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a UFRRJ e Universidade Federal do Tocantins (UFT). Os estudos de caso focalizaram no Chile, Equador e em experiências realizadas pelo Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PEPEDT) que estuda os territórios componentes da Baía da Ilha Grande (BIG). Busca problematizar o desenvolvimento endógeno e local e refletir sobre como isso ocorre nas localidades, a partir da implementação de meios e instrumentos viáveis, tendo como base a participação social e a inclusão cidadã.

O último texto da Parte I, o Capítulo 3 - *O Desenvolvimento Rural no Estado do Rio de Janeiro a partir de uma Análise Multidimensional* - analisa e compara o processo de desenvolvimento rural no Estado a partir de indicadores multidimensionais de desenvolvimento rural, resgatando seus determinantes econômicos, sociais, históricos e geográficos. A abordagem do conceito ocorre de forma processual, considerando Fatores Condicionantes, Características e Resultados. Uma breve caracterização do Estado é apresentada e a metodologia de análise é multidimensional, a partir do ponto de vista do pesquisador sobre cada aspecto a considerar em dada realidade (demográfica, social, econômica, institucional, ambiental etc). A construção dos indicadores utilizou dados dos Censos Demográfico e Agropecuário do IBGE e no Ministério da Educação e a técnica estatística utilizada foi a análise fatorial e a de *cluster*. A análise apontou a existência de uma situação heterogênea em termos de desenvolvimento no espaço rural fluminense, havendo regiões onde o processo de desenvolvimento tem se mostrado virtuoso e associado à expansão do setor fabril e de serviços e outras situações em que o passivo dos ciclo do café e da cana levaram a situação oposta.

A Parte II integra quatro capítulos e é iniciada pelo Capítulo 4 - *Transformações socioeconômicas: desenvolvimento regional de uma microrregião no interior do Estado do Rio de Janeiro* -, por Caíque Giacomo Ragazzi e Marcio Silva Borges. O texto traz a análise realizada sobre os indicadores socioeconômicos dos municípios da microrregião de Três Rios, representados pelos municípios de Areal, Comendador Levy Gasparian, Paraíba do Sul, Sapucaia e Três Rios no interior do Estado do Rio de Janeiro, entre 2004 a 2015, período de grande ocorrência de isenções fiscais para o estabelecimento de empreendimentos industriais. No entanto, as estratégias de desenvolvimento aplicadas geraram um aprofundamento das desigualdades espaciais. O caso do Centro-Sul Fluminense demonstra a ocorrência de um esvaziamento econômico como reflexo do modelo adotado, com indicadores de elevados níveis de pobreza, baixa dinâmica do poder estadual, apesar dos investimentos e incentivos fiscais no período.

O Capítulo 5 - *Subsídios À Inovação no Brasil: o perfil urbano-regional da subvenção econômica em empresas privadas entre 2010-2019*, por Aldenilson Costa, aborda a subvenção econômica à inovação realizada pela FINEP, um tipo de investimento financeiro

destinado a empresas e instituições com projetos de inovação, definido em áreas temáticas. Objetiva analisar o perfil urbano-regional dos projetos de subvenção econômica, reconhecendo o padrão espacial e questionando até que ponto o instrumento reforça a primazia de empresas localizadas em cidades de porte médio e metropolitanas das regiões Sudeste e Sul. A reflexão em torno da inovação destaca o papel exercido pelo Estado como promotor e financiador de atividades inovadoras, estimulando os setores mais dinâmicos da economia. Questiona-se ainda o porquê de tal concentração em detrimento de outras regiões, e aponta uma agenda no sentido de maior diversificação, a partir do investimento estatal multissetorial e descentralizado no conhecimento científico-tecnológico-informacional.

A temática do Capítulo 6 - *Da integração moderna às disputas na neoliberalização: Estado e território no Brasil por meio de seu Banco Nacional de Desenvolvimento* - de Carla Hirt em coautoria com Javier Ghibaudi, tem como objetivo a análise sobre as mudanças e permanências na ação do Estado sobre a acumulação de capital no Brasil e sua articulação territorial, tomando como estudo de caso o BNDES no período 2003-2015 e seus desdobramentos no período 2016-2019. Observa-se que apesar de possuir uma burocracia qualificada e de prestígio e de ter dobrado sua capacidade financeira, os recursos do Banco de 2003 a 2014 acompanharam a especialização regressiva dos anos 1990. Enquanto isso, mudanças significativas ocorreram em setores específicos: aumento do Investimento Público em infraestrutura; maior participação das PMEs por meio do cartão BNDES; e mudança no perfil das exportações a favor da América do Sul e da África de colonização portuguesa. Finaliza-se com a análise a partir de 2016, com a mudança de governo, quando diversas medidas do BNDES foram revertidas, destacando-se sua descapitalização e perda do poder de financiamento em mais de 50%, bem como a reorientação do Banco para uma atuação voltada ao dispêndio de recursos públicos para uma nova rodada de privatizações.

No Capítulo 7 - *Uma concepção sistêmica para o estudo de empreendimento autogestionário*, Susana Webering defende a importância de se compreender as especificidades e o diferencial do empreendimento autogestionário, respondendo a algumas das principais controvérsias desse modelo. Para isso, são revisadas algumas teorias de caráter sistêmico de modo a entender a evolução cooperativa: desde a perspectiva da teoria dos jogos, a teoria da elites e alguns estudos de ecologia organizacional. Por meio de um método interpretativo e reflexivo sobre essas teorias e pesquisas sobre o tema, busca-se compreender o fenômeno organizacional cooperativo e algumas de suas principais tensões ao se desenvolver: a perda da democracia e da qualidade da cooperatividade entre os membros, o consequente processo de degeneração. Empreendimentos autogestionários seguem uma dinâmica evolutiva com fortes tensões internas e externas, podendo evoluir de forma contraditória em relação aos princípios iniciais de cooperação e participação. Conhecer esse fenômeno é fundamental para a construção de boas práticas de governança

cooperativa, evitando o processo de degeneração.

Iniciando a Parte III, o Capítulo 8 - *“Sem açúcar e sem afeto”*: *Dinâmicas da violência contra a mulher na Região Metropolitana do Rio de Janeiro*, por Vinicius Ferreira Baptista, apresenta estudo analítico e descritivo sobre os contornos da violência contra a mulher na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) no período de 2014 a 2019 a partir de oito variáveis que delimitam a vítima, o agressor e a violência. Uma tabulação é construída a fim de ponderar o movimento da violência, tanto no contexto da RMRJ, bem como na escala municipal. Em linhas gerais, o movimento da violência na RMRJ é multifacetado e complexo, a depender de quais variáveis estejam em jogo. A metodologia parte de bancos de dados obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE e Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ISP). Enquanto que no primeiro, dispomos da razão de gênero via Censo 2010 para delimitar a RMRJ na composição de mulheres, no segundo dispomos do quantitativo de casos de violência contra a mulher entre 2014-2019.

O Capítulo 9 - *Qualidade das águas em áreas periurbanas: caso do rio Valão dos Bois em Seropédica-RJ*, por Adriana Schueler, Vinicius dos Santos e Décio Tubbs, aborda a carência ou inexistência de saneamento básico, nas cidades brasileiras, principalmente aquelas nas bordas das regiões metropolitanas. O foco recai sobre cidades periurbanas carentes de saneamento adequado, porém em locais mais densamente ocupados, onde lixo, água pluvial contaminada e esgoto sanitário chegam aos rios urbanos, impactando a qualidade das águas. O trabalho realizado apresenta o estado da qualidade da água do curso d'água Valão dos Bois, que atravessa a cidade de Seropédica, traçando um paralelo com o tipo de ocupação do solo presente. Foi realizado em três etapas: (i) seleção, coleta, armazenamento e análise de amostras de água de pontos diversos ao longo do córrego; (2) simulação computacional com posterior validação, das capacidades de autodepuração dos cursos d'água; (3) quantificação das vazões máximas e transporte de sedimentos observados nas contribuições das sub-bacias afluentes das sub-bacias hidrográficas de cada bairro em quatro cenários: o primeiro no estado de pré-desenvolvimento, o segundo no estado de desenvolvimento atual, o terceiro no estado de desenvolvimento previsto para o município.

O Capítulo 10 - *Expulsos do paraíso: a influência do capital turístico-imobiliário na produção do espaço em Angra dos Reis, RJ*, de Rita de Cássia Santos de Souza, Robson Dias da Silva e Ana Paula Dias Turetta discorre sobre a influência do capital turístico-imobiliário a partir da construção da Rodovia BR-101 (Rio-Santos) na produção do espaço em Angra dos Reis, tomando como exemplo a região do Bracuí, palco dos mais intensos conflitos por terra no Estado do Rio de Janeiro. A partir de levantamento bibliográfico, são contextualizadas as transformações socioespaciais e econômicas ocorridas a partir da abertura da Rodovia na década de 1970 e a conseqüente entrada do capital turístico-imobiliário na região. São descritos também os mecanismos que possibilitaram o estabelecimento do setor turístico e as mudanças de uso e ocupação do solo. Por fim, são problematizados os conflitos

funditários na região do Bracuí e a desterritorialização camponesa, discutindo-se as marcas da desigualdade socioespacial na vida da população, sobretudo no aspecto fundiário. Como conclusão tem-se que a insegurança jurídica em relação à ocupação do solo urbano em Angra dos Reis acarreta um passivo de irregularidades urbanísticas e ambientais, além da precarização dos serviços públicos e ameaça aos territórios e práticas tradicionais.

A mesma temática do capítulo anterior, de segurança alimentar é tratada agora em meio urbano no Capítulo 11 - *A agricultura urbana no e do município do Rio de Janeiro: potencialidades e fragilidades*, escrito em coautoria por Caren Freitas de Lima, Cristhiane Amâncio, Felipe Jardim, Bruna Maria, Leonis Júnior Silva e João Pedro Ribeiro. A Agricultura Urbana (AU) como vem sendo apontada por Instituições Oficiais como pilar fundamental para a existência de sistemas alimentares mais sustentáveis. No Rio de Janeiro, pelo histórico rural, a zona oeste abarca a maioria deles, cumprindo um importante papel para a Segurança Alimentar e Nutricional, a Soberania Alimentar, a promoção de espaços verdes urbanos, a agrobiodiversidade e a geração de renda. No entanto, a realidade da AU é de fragilização pela falta de acesso às políticas públicas e pelas normativas que privilegiam outras economias, como a agricultura, principalmente, oriunda das camadas populares. Não é à toa que a expansão do capital imobiliário aconteça sob territórios agrícolas. Nesses termos, através de uma revisão bibliográfica e entrevista semi-estruturada de 19 iniciativas, totalizando 45 agricultores e agricultoras, o presente artigo elucida alguns resultados recentes sobre a realidade dos agricultores urbanos cariocas. O objetivo deste trabalho é agregar informações sobre as potencialidades e fragilidades da AU.

Chegando à Parte IV, que traz as últimas porém não menos relevantes contribuições deste livro, o Capítulo 12 - *Três histórias de chuvas na periferia: história e meio ambiente na Baixada Fluminense*, Lucia Silva apresenta um ensaio sobre três grandes eventos climáticos com chuvas torrenciais ocorridos em períodos históricos distintos. A autora investiga seus impactos a partir de fontes jornalísticas e bibliográficas, analisando seus significados e as práticas sociais e políticas advindas desses eventos. A partir do olhar historiográfico da autora, são resgatados os processos de saneamento da baixada pela Comissão de Melhoramentos, ocorridos no início do século XX, comparando as chuvas deste período com as de 1966 e 1988, e o papel do poder público na condução do planejamento e gestão, antes, durante e após os eventos.

O Capítulo 13 - *Coesão social e territorial no Oeste Metropolitano - ocupação, expansão e (des)estruturação sócio-espacial*, de Denise de Alcântara Pereira, propõe, na forma de ensaio, uma reflexão e problematização do fenômeno metropolitano, tendo como pano de fundo territórios do Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro. Sob uma perspectiva teórica, aborda conceitos como justiça ambiental, ecologia política e privilégio da violência, para compreender a forte pressão da expansão e industrialização com seus motores logísticos e econômicos, identificando atores envolvidos na produção do espaço e marcos legais de uso e ocupação do solo, como indutores da forma urbana caracterizada pelas

fragilidades ambientais, desigualdades sócio-espaciais e pobreza estrutural. Perpetua-se assim as relações de poder desiguais entre o global e o local nesses territórios periféricos historicamente servís e atrelados à periferização e às ocupações sub-humanas. Desenha-se, ao final, cenários de fragmentação, cisões e conflitos e caminhos possíveis de coesão territorial.

O Capítulo 14 - *O papel da extensão universitária junto às comunidades tradicionais: o caso da Baía da Ilha Grande no enfrentamento à pandemia do COVID-19*, Adriana dos Reis Monteiro e Diná Andrade Lima Ramos, objetiva analisar a atuação do Programa Universitário de extensão “Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial (PEPEDT)”, junto ao Colegiado do Território Rural da Baía da Ilha Grande (BIG), que articula atores e instituições, em apoio aos povos originários e comunidades tradicionais. A pandemia do Coronavírus (COVID-19), também considerada um desastre ambiental, tem imposto medidas restritivas ao mundo inteiro, sobre a circulação de pessoas e oferta de bens e serviços. Ainda assim, estes atores foram, de diferentes maneiras, expostos ao vírus. No território rural da BIG, diante da ineficácia das medidas de controle nacional da doença e o aumento quase contínuo do número de casos, as reuniões virtuais têm se constituído uma medida eficaz de proteção da população, inserção da produção local em mercados virtuais (e-commerce) e de troca de saberes. Presume-se que as atividades do PEPEDT promovem importantes redes de apoio aos povos originários e comunidades tradicionais no enfrentamento do problema durante e pós-COVID 19, pois, assessora as instituições locais para o exercício do controle social e para a construção coletiva de projetos relacionados ao desenvolvimento territorial. Os resultados validam o PEPEDT como agente de transformação e de mudança em nível local, multiplicando conhecimento e promovendo a gestão social e o desenvolvimento sustentável, ao aproximar pessoas e instituições, com uma abordagem compreensiva, empática e assertiva, subsidiando o planejamento territorial.

Fechando a quarta parte e a coletânea como um todo, o Capítulo 15 - *Cidade como alavanca do crescimento com igualdade*, apresenta o ensaio premiado pela CEPAL<sup>1</sup>, de Robson Dias da Silva, propõe uma reflexão sobre as cidades e suas heterogeneidades estruturais e seu fundamental papel como motor de transformação e desenvolvimento equilibrado, considerando os aspectos econômicos, sociais e ambientais. Resgatam-se alguns dos principais eventos econômicos nacionais e seus impactos sobre a evolução das cidades, pontuando-se com olhar otimista as transformações advindas da evolução tecnológica, técnica e capacidade produtiva concentrada principalmente nos centros urbanos, que se tornam condicionantes da política global. O autor propõe uma estratégia de desenvolvimento orientada pela cidade a partir de três eixos estruturantes: estímulo à

---

<sup>1</sup> Menção Honrosa no concurso ensaios Cepal e Valor Econômico sobre o Futuro com Crescimento e Igualdade no Brasil em comemoração aos 70 anos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe; publicado originalmente em: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44524/1/S1900082\\_pt.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44524/1/S1900082_pt.pdf)

(re)industrialização socialmente referendada; ampliação do mercado nacional consumidor e da oferta nacional; maior integração nacional sob a perspectiva policêntrica, conduzindo a um padrão de distribuição da população e crescimento mais equilibrado regionalmente, tendo as cidades como pólos de urbanização inclusiva e equitativa.

Desejamos uma boa leitura e que novos horizontes se abram para a ciência, o ensino, a pesquisa e a extensão relacionados ao desenvolvimento e o planejamento urbano e regional!

Diná Andrade Lima Ramos  
Denise de Alcantara Pereira


## SUMÁRIO

### PARTE I – DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, RURAL E SUSTENTABILIDADE

#### CAPÍTULO 1..... 1

##### DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: ALGUNS APONTAMENTOS

Tatiana Cotta Gonçalves Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214121>

#### CAPÍTULO 2..... 20


##### DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE EXPERIÊNCIAS DE LOS LAGOS-CHILE, IMBABURA-EQUADOR E BAÍA DA ILHA GRANDE-RJ BRASIL

Jover Mendes de Oliveira Negrão

Lamounier Erthal Villela

Daniel Neto Francisco


Patrick Gomes de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214122>

#### CAPÍTULO 3..... 45

##### O DESENVOLVIMENTO RURAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO A PARTIR DE UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL

Raquel Pereira de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214123>


### PARTE II – DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ECONOMIA E GESTÃO

#### CAPÍTULO 4..... 72

##### TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS: DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE UMA MICRORREGIÃO NO INTERIOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Caique Giacomo Ragazzi


Marcio Silva Borges

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214124>

#### CAPÍTULO 5..... 97

##### SUBSÍDIOS À INOVAÇÃO NO BRASIL: O PERFIL URBANO-REGIONAL DA SUBVENÇÃO ECONÔMICA EM EMPRESAS PRIVADAS ENTRE 2010-2019

Aldenilson Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214125>


#### CAPÍTULO 6..... 116

##### DA INTEGRAÇÃO MODERNA ÀS DISPUTAS NA NEOLIBERALIZAÇÃO: ESTADO E TERRITÓRIO NO BRASIL POR MEIO DE SEU BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

Carla Hirt

Javier Walter Ghibaoudi




 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214126>

**CAPÍTULO 7..... 135**

UMA CONCEPÇÃO SISTÊMICA PARA O ESTUDO DE EMPREENHIMENTO  
AUTOGESTIONÁRIO

Susana Iglesias Webering


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214127>

**PARTE III – CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E TERRITORIAIS**

**CAPÍTULO 8..... 150**

“SEM AÇÚCAR E SEM AFETO”: DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA  
REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Vinicius Ferreira Baptista

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214128>

**CAPÍTULO 9..... 167**

QUALIDADE DAS ÁGUAS EM ÁREAS PERIURBANAS: CASO DO RIO VALÃO DOS BOIS  
EM SEROPÉDICA-RJ

Adriana Schueler

Vinicius Perrut dos Santos

Decio Tubbs

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214129>

**CAPÍTULO 10..... 177**

EXPULSOS DO PARAÍSO: A INFLUÊNCIA DO CAPITAL TURÍSTICO-IMOBILIÁRIO NA  
PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM ANGRA DOS REIS, RJ

Rita de Cássia Santos de Souza

Robson Dias da Silva

Ana Paula Dias Turetta

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.35222141210>

**CAPÍTULO 11..... 203**

A AGRICULTURA URBANA NO E DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO:  
POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES

Caren Freitas de Lima


Cristhiane Amâncio

Felipe Jardim

Bruna Maria

Leonis Júnior Silva

João Pedro Ribeiro


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.35222141211>

## PARTE IV – DELIMITAÇÕES REGIONAIS E TERRITORIAIS

### **CAPÍTULO 12.....213**

TRÊS HISTÓRIAS DE CHUVAS NA PERIFERIA: HISTÓRIA E MEIO AMBIENTE NA BAIXADA FLUMINENSE


Lucia Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.35222141212>

### **CAPÍTULO 13.....228**

COESÃO TERRITORIAL NO OESTE METROPOLITANO: OCUPAÇÃO, EXPANSÃO E (DES)ESTRUTURAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL

Denise de Alcantara


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.35222141213>

### **CAPÍTULO 14.....249**

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, REDES SOCIAIS E ENCONTROS VIRTUAIS COM AS COMUNIDADES LOCAIS: AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DA COVID-19 NO TERRITÓRIO DA BAÍA DA ILHA GRANDE, RJ

Adriana dos Reis Monteiro

Diná Andrade Lima Ramos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.35222141214>

### **CAPÍTULO 15.....261**

CIDADE COMO ALAVANCA DO CRESCIMENTO COM IGUALDADE

Robson Dias da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.35222141215>

### **POSFÁCIO .....268**

### **SOBRE OS/AS AUTORES/AS .....275**

## CIDADE COMO ALAVANCA DO CRESCIMENTO COM IGUALDADE

*Data de aceite: 02/05/2022*

**Robson Dias da Silva**

Esse texto foi um dos vencedores (menção honrosa) do concurso ensaios Cepal e Valor Econômico sobre o Futuro com Crescimento e Igualdade no Brasil em comemoração aos 70 anos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Foi primeiramente publicado na coletânea com os textos vencedores: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44524/1/S1900082\\_pt.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44524/1/S1900082_pt.pdf)

### INTRODUÇÃO

Qual seria o espaço do espaço em uma estratégia de desenvolvimento socioeconômico nacional? Como essa estratégia poderia alcançar crescimento sustentado, mudança estrutural e promoção do bem-viver para o maior conjunto possível da população? Estaria no “lugar em que vivemos” as respostas para os problemas e marcas do desenvolvimento periférico capitalista no território brasileiro? Esse conjunto de questões objetiva jogar luzes sobre uma peça importante, muitas vezes pouco compreendida e valorizada, em estratégias de desenvolvimento: o território.

Ainda que haja um maior reconhecimento do “território” enquanto categoria central para inúmeras questões de nosso tempo, percebe-se um considerável déficit de ações públicas e

privadas efetivamente território-lideradas, em outros termos, lastreadas e delineadas sobre as múltiplas variáveis, econômicas, sociais, demográficas, culturais e ambientais, que se encerram em um espaço físico, juridicamente ordenado e sob garantias institucionais. A história brasileira tem-se mostrado mais receptiva às experiências setor-orientadas, nas quais o território se enquadra em um espectro entre dois papéis principais: simples lugar de localização de fatores de produção ou, como no caso das indústrias extrativas, local no qual a riqueza natural está.

Em algumas décadas comemoraremos o primeiro centenário do início da industrialização nacional. Truncado ou não, esse processo mudou radicalmente a feição do país, tanto do ponto de vista produtivo, quanto do desenvolvimento territorial. O deslocamento do centro dinâmico da economia nacional de “fora para dentro” resultou em um sistema econômico diversificado e articulado, marcado pela integração do mercado nacional capitaneado pela produção manufatureira e serviços urbanos.

Em paralelo ao esforço industrializador, o país foi se urbanizando. Nossa rápida urbanização foi marcada pelo salto quantitativo do número de brasileiros que passaram a residir nas grandes metrópoles nacionais, em especial nas suas periferias. Já entre 1930 e 1980 os grandes desafios urbanos a se enfrentar davam

as caras. As altas taxas de natalidade, os grandes contingentes migratórios, a expansão de setores industriais diversos e busca por recursos naturais (renováveis e não-renováveis) pelo território do país compunham o caldeirão que indicava não somente que a “cidade” era o espaço por excelência do nosso capitalismo, de suas virtudes e potencialidades afloradas, mas também das chamadas “dores do crescimento”.

Ainda que parte desses problemas fossem entendidos como “resultantes de virtudes”, as pressões que representavam sobre a qualidade de vida da população em geral e os riscos para o padrão de acumulação já preocupavam. Em fins dos anos 1950, por exemplo, Celso Furtado já alertava para a necessidade de reformas que viessem potencializar o desenvolvimento capitalista brasileiro e corrigir os problemas derivados do intenso processo de industrialização-urbanização. Sabemos que as chamadas “reformas de base” não saíram, sendo substituídas por um modelo de crescimento que, não obstante apresentar resultados fantásticos do ponto de vista do ritmo expansivo, foi marcado pela concentração da riqueza, observável não somente no nível funcional, mas também da distribuição espacial entre as regiões do país.

Nos anos 1980 e 1990 o quadro se tornou mais crítico. Hiperinflação, baixo crescimento do produto e estrangulamento externo nos levaram ao desnudar das deficiências sociais da parte urbana de nosso capitalismo, até então muito ocultadas pela dinâmica da renda e emprego. O ar de Cubatão, as favelas do Rio e o trânsito de São Paulo nos expunha à seguinte realidade: nem havíamos resolvido a questão agrária e já tínhamos uma complexa questão urbana.

Os anos mais recentes só confirmaram que as cidades brasileiras, entendidas no marco desse trabalho enquanto os espaços urbanos do país, são o espaço por excelência das contradições e tensões nacionais. Nelas estão os potenciais e os entraves ao desenvolvimento de mais longo termo. Tanto nos períodos de maior dinamismo produtivo, quanto nos de recessão, notou-se a persistência de problemas que não somente travam a expansão econômica, como também fazem de nossas cidades lugares cada vez mais distantes do bem-viver. Moradia, trânsito, degradação ambiental, crise hídrica, apagão de aeroportos e portos, desemprego e violência se tornaram temas constantes da agenda nacional nesses últimos anos.

Assumindo as cidades como o grande produto capitalista contemporâneo, como eixos e plataformas de geração de riqueza, conhecimento e trocas culturais. Isto posto, e com base nas questões que abrem esse texto, busca-se fazer breve reflexão sobre como as cidades, entendidas aqui como o espaço urbano nacional, poderia ser a base propulsora, organizadora e orientadora de um conjunto de medidas e ações que ensejaram a retomada de trajetória de crescimento econômico não apenas menos oscilante, mas também lastreada em dois princípios fundamentais: a redução das desigualdades e ampliação do bem-viver pelo território brasileiro.

A tese aqui defendida é que uma estratégia nacional de desenvolvimento com

redução das desigualdades, inclusive, com ampliação geral do bem-estar social, precisa ter como referência-maior as cidades do país. Isso feito, cremos que o possamos usufruir crescimento econômico de mais longo termo e menor volatilidade, orientando parte da capacidade produtiva, técnica e imaterial nacional para a solução dos desafios e problemas urbanos, em especial dos grandes centros, nos quais residem grande parte de nossa população e são geradas grande parte da riqueza nacional.

Além dessa breve introdução, o artigo se divide em duas partes: na primeira, o argumento central é que as cidades brasileiras são expressão dos principais desafios que têm na heterogeneidade estrutural seu cerne, na segunda, são apresentados e discutidos os principais argumentos em defesa do papel das cidades enquanto eixos condutores e nucleares de uma estratégia nacional de crescimento com redução das desigualdades. Em ambas, busca-se demonstrar que as cidades têm ampliado seu papel de condicionadoras da política global e, por conseguinte, se tornando agentes cada vez mais utilizados nas experiências nacionais de crescimento mundo afora.

## **CIDADES E HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL**

Dentre as diversas contribuições do pensamento cepalino ao desenvolvimento latino-americano e caribenho, a chamada heterogeneidade estrutural se destaca no campo dos estudos regionais e urbanos. Os desníveis de produtividade entre os setores dinâmicos e aqueles mais atrasados, simbolizada na coexistência entre estruturas sociais e econômicas modernas com arcaicas, têm sido apontados como um dos grandes nós ao desenvolvimento da região, desde o *Estudo Econômico da América Latina de 1949* até os documentos mais recentes, como *The Inefficiency of Inequality de 2018*, que vêm advogando a necessidade de mudança estrutural com inserção externa e equidade.

O rompimento da condição periférica através da maior incorporação progresso técnico e aumento da produtividade passava nos marcos cepalinos por um amplo esforço de industrialização, iniciado sob a via da substituição de importações. Esse processo resultaria, também, na ampliação das atividades urbano-terciárias, simultaneamente alimentando e ajudando a alimentar a urbanização nacional. Em poucos anos, pudemos assistir o deslocamento da dinâmica produtiva para os espaços urbanos das cidades, que passaram a experimentar maior nível geral de produtividade e diversificação econômica. Assim, as cidades foram paulatinamente assumindo o protagonismo no processo de crescimento nacional.

Em simultâneo, os desequilíbrios regionais se tornaram uma das grandes marcas do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro. O sudeste brasileiro passou a abrigar alto percentual da produção industrial, bem como do setor financeiro, da estrutura de comércio e, principalmente, da infraestrutura econômica e equipamentos públicos culturais. Nesse contexto, as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, as duas grandes metrópoles

do país, se tornaram espaços ao mesmo tempo de oportunidades e exclusão, de mudanças e permanências.

Ainda que as cidades tenham se tornado os motores territoriais do crescimento econômico brasileiro, o reconhecimento das mesmas, por parte dos governantes, enquanto escala estratégica ao desenvolvimento nacional é muito tímido. É importante registrar que o “modelo” nacional de crescimento urbano, quase em nada planejado, e orientado pelo crescimento de alguns setores econômicos, e não pela realidade territorial (bioma, população, relevo e cultura), se mostra esgotado e responsável direto por um conjunto imenso de problemas que figuram entre os principais no cenário nacional.

Não negando a importância dos estados-nacionais nas agendas contemporâneas de desenvolvimento, diversos autores têm destacado as cidades enquanto espaços privilegiados e centrais para a gestão e execução de políticas em prol do desenvolvimento nacional. Sassen, por exemplo, assinala que a atual fase de desenvolvimento do capitalismo tem nas cidades, em especial os grandes aglomerados urbanos, a arena principal de ações muitas vezes de repercussão global.

Essa ascensão das cidades à escala central de acumulação e processos decisórios tem a ver, também, com os desafios planetários mais urgentes, em especial aqueles expressos na Agenda 2030. Nesse ponto específico, cabe destacar a importância de atendimento do décimo-primeiro Objetivo do Desenvolvimento Sustentável que trata dos assentamentos humanos, sustentabilidade e resiliência aos desastres naturais e mudanças climáticas. Ademais, as teses de urbanização planetária, os riscos associados às mudanças climáticas, os imperativos geopolíticos (terrorismo e migrações) estão entre os pontos de preocupação mundial que, embora tenham sido continuamente debatidos em esferas supranacionais, têm as cidades como o “lugar” de determinação dos conflitos e execução de ações em busca da resolução.

## **POR UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO CIDADE-ORIENTADA**

Espaço por excelência do capitalismo mundial, a cidade se apresenta enquanto categoria fundamental para dinâmica econômica de todos os países, dos mais aos menos industrializados. No entanto, ainda persiste a ideia de que as mesmas, e sua estruturação, organização e funcionamento, são resultantes do dinamismo produtivo, tal como o fim de um processo. Por isso, ainda mostra-se amplamente aceita a percepção que problemas urbanos são somente reflexos de estruturas produtivas incompletas, de baixa complementaridade e níveis de produtividade. Não que não sejam. Não que não haja aí grande parte da resposta para os problemas apresentados por vários espaços urbanos. Mas, o que busca-se destacar é que esses espaços podem ser o “princípio, meio e fim” e não somente esse último.

Assim, uma estratégia de desenvolvimento baseada nas cidades primeiramente deve

requalificar o processo de expansão da economia urbana de “resultante de” para “propulsor de”. A necessidade de uma estratégia desse tipo, cidade-orientada, se fundamentaria na urgência, após décadas de ciclos econômicos diversos, de redução veloz da pobreza nacional conjugada ao ganho de produtividade, objetos maiores de qualquer processo de desenvolvimento social-produtivo. Nessa perspectiva, crescimento, sustentabilidade e desigualdades estariam efetivamente dentro de pacotes de inversão e concepção de política econômica, com vistas ao bem viver nacional.

As cidades brasileiras, especialmente as grandes metrópoles regionais e suas periferias, são simultaneamente pólos dos potenciais econômicos, sociais, culturais do país e espaços nos quais os grandes problemas e enfrentamentos do cotidiano nacional têm se observado. Então, de maneira detalhada, quais seriam os pilares e eixos de uma proposta de desenvolvimento com equidade nacional baseada na economia de nossas cidades? Basicamente, três pontos:

- 1) estímulo à (re)industrialização socialmente referendada
- 2) ampliação do mercado nacional consumidor e da oferta nacional
- 3) maior integração nacional sob a perspectiva policêntrica

Em termos mais concretos, a conjugação desses três eixos ensejaria um amplo esforço de (re)industrialização que tivesse como objetivo central a resolução de problemas, demandas e gargalos econômicos e, especialmente, sociais, tais como saneamento básico, moradia, vias de acesso e toda a infraestrutura social básica. O redesenho das demandas urbanas teria como maior lastro construções reais e simbólicas voltadas ao cotidiano e bem-viver. Atenta-se que na Agenda 2030 há clara menção ao compromisso internacional aos investimentos em ampliação de equipamentos urbanos coletivos, tais como ruas, praças e demais espaços públicos.

A infraestrutura nacional ganharia papel central, não mais determinada quase que exclusivamente a partir de modelos voltados para fora em atendimento às exportações de commodities e recursos naturais em geral, mas à interligação de centros urbanos mais robustos, de tamanhos diferentes, que exerceriam sobre o território novas centralidades, dando maior equilíbrio à distribuição da renda para além do eixo “sudeste”.

O Brasil poderia, a partir de então, como observado em outros países de grande dimensão territorial, apresentar outros espaços dinâmicos, tornando-se enfim uma economia policêntrica, reduzindo as pressões e demandas que atualmente são muito concentradas no eixo São Paulo-Rio de Janeiro, em especial em relação à equipamentos culturais e infraestrutura universitária e de pesquisa.

E como essa estratégia poderia atuar sobre o crescimento econômico e redução das desigualdades?

A ampliação do investimento em setores dedicados ao enfrentamento dos problemas sociais e econômicos atuariam não somente reforçando multiplicador de renda, mas

também gerando economias externas e sinergias que por conseguinte reduziriam custos do sistema como um todo. Isso atuaria em maior diversificação da economia urbano local ao mesmo tempo que especializações regionais, de redes de cidades, poderiam se formar, trazendo ao território nacional novos centros econômicos e culturais e redefinindo os pesos e funcionalidades urbanas.

A industrialização voltada para a produção de moradias, pontes, praças localmente referendadas (pensadas para o clima, relevo e bioma local) demandaria a mobilização de uma ampla cadeia de produção de novos materiais e saltos de conhecimento na engenharia e arquitetura nacional. O mesmo se observaria com esforços concentrados para implementação de medidas associadas à Agenda 2030, em especial todo o espectro sob a denominação “infraestrutura verde”.

Saneamento básico, despoluição de rios, lagos e baías e manejo de resíduos sólidos são fronteiras de produção que a curva poderia ser rapidamente deslocada, com real capacidade de incorporação de progresso técnico, potencial de geração de inovações e saltos qualitativos inter-geracionais de grande monta em termos de qualidade de vida e saúde. Mesmo o conjunto de doenças tropicais que têm atingido o país poderia ser parte desse grande processo, reunindo a expertise nacional (universidades, centros de pesquisa, empresas privadas...) em busca de tecnologias de mitigação dos efeitos ou supressão das recorrentes epidemias. Nesse ponto, haveria expansão da fronteira de produção com o experimento de inovações socialmente orientadas, em setores dedicados não ao atendimento exclusivo do mercado externo, mas especialmente ao mercado interno.

Um ponto central da estratégia proposta tem por base preocupação expressão no mais novo documento da CEPAL sobre o panorama do crescimento latino-americano: o papel dos recursos naturais na infraestrutura nacional. Quase como um padrão, a infraestrutura latino-americana e caribenha foi fortemente orientada para o atendimento aos setores voltados ao comércio internacional, em grande medida os intensivos em recursos naturais. Assim, de modo oposto ao observado em países desenvolvidos europeus, como exemplo, todo o aparato de vias de comunicação obedeceram mais à lógica expansiva dos setores produtores que das necessidades de mobilidade e comércio intra-urbano.

No caso brasileiro, os sempre questionados gargalos de infraestrutura se dão não apenas pela insuficiência da oferta, mas também pela baixa adequação dos mesmos, em termos de localização, desenho, planejamento, frente às demandas cotidianas dos cidadãos e empresas não associadas ao setor exportador. Isso abre uma oportunidade real de investimentos em novas vias que ao mesmo tempo pudessem mobilizar o investimento e mercados de trabalho regionais e a criação de rotas e regiões econômicas mais pujantes e interconectadas. Ademais, permitiria ao próprio setor exportador de bens primários novas estruturas logísticas, melhorando sua competitividade via redução dos custos e estabelecendo nova relação entre a “cidade extrativa” e a “cidade exportadora”.

A própria atividade agropecuária usufruiria dessa requalificação, podendo-se



estabelecer uma mudança na relação entre campo e o urbano, determinada mais pela coesão dos laços produtivos que pela pura complementaridade. A agricultura urbana, por seu turno, poderia se tornar um vetor de geração de renda e emprego, notadamente em nichos de mercado diferenciados e de maior valor agregado, auxiliando em padrões de alimentação mais saudáveis para todo o conjunto populacional e renda maior para os pequenos e médios produtores locais.

Tudo o que foi apontado poderia conduzir a um melhor padrão de distribuição espacial da população do país, em direção ao crescimento de regiões por todo o território nacional, em especial em metrópoles regionais e cidades-médias.

As cidades, por assim dizer, se tornariam reais vetores do crescimento econômico brasileiro centrado no atendimento de demandas sociais, da população, em frentes diversas, fomentando um processo real de urbanização inclusiva e redução das desigualdades.

## **REFERÊNCIAS**

ECLAC (2019). *The Inefficiency of Inequality*, Santiago do Chile, CEPAL.

PREBISCH, R. (1949): *Introducción: el desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas*, Estudio Económico de América Latina, 1948, Santiago de Chile, CEPAL.

### **Em busca das análises e das políticas públicas territorializadas: a urgência em aprimorar a espacialização democrática da ação pública e coletiva.**

Carlos Antônio Brandão<sup>1</sup>

Foi um enorme prazer ler em primeira mão este livro por ocasião do honroso convite para dialogar com as importantes problemáticas discutidas em seus esmerados capítulos. Poder posfaciá-lo, neste momento de comemorações pelo primeiro decênio exitoso das atividades do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT) da UFRRJ foi gratificante.

O ensejo é também de aprofundamento da reflexão coletiva sobre o Programa: pela trajetória trilhada; pelas conquistas logradas; e pelos desafios postos para o futuro.

O PPGDT foi concebido em 2012 para ousar construir uma abordagem territorializada, multidimensional, interdisciplinar, multiescalar e sobretudo crítica das possíveis estratégias de desenvolvimento para determinado espaço socialmente construído. Uma dezena de pesquisadores foi mobilizada à época para a discussão e a formulação da proposta, entre os quais me incluía. O amplo leque de temas e perspectivas tinha suas unidade e coerência garantidas, ao lograr fazer convergir as experiências acumuladas de seu corpo docente nas problemáticas do desenvolvimento e do território e no desejo de cada um e cada uma de poder contribuir para a formulação de políticas públicas mais consequentes em nosso país. Desejo de discutir ações públicas e coletivas adequadas ao enfrentamento de nossa constelação de mazelas, desigualdades, destituições e injustiças sociais e espaciais que marcam a produção social de nossos territórios.

Visando produzir, articular e disseminar conhecimento nestas temáticas e contribuir para a formação de recursos humanos de qualidade em nível de pós-graduação, o curso se estruturou e se fortaleceu ao longo do tempo (e porque não dizer: ao longo do espaço, ao alargar suas redes de cooperação), contando com um quadro docente e discente com interesses bastante convergentes, que já formou quase uma centena de mestrands e mestrandas.

Um ponto de grande destaque é o amplo espaço acadêmico que o PPGDT descortinou, posto ser um dos poucos no Brasil que não negligencia os espaços rurais. Nossa área do conhecimento, a do planejamento urbano e regional, muitas vezes realiza estudos regionais e urbanos, sem levar na devida conta tanto o meio ambiente, quanto o

<sup>1</sup> Ex-professor do PPGDT. Professor Titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ. Doutor, Livre Docente e Professor Titular em Economia Regional e Urbana pelo Instituto de Economia da Unicamp. Pós-doutor em Geografia pela Universidade British Columbia. Pós-doutor em Ciências Sociais pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Bolsista do CNPq. Coordenador do site [www.interpretesdobrasil.org](http://www.interpretesdobrasil.org). Página Pessoal: [www.carlosbrandao.org](http://www.carlosbrandao.org). E-mail: [BrandaoUFRJ@gmail.com](mailto:BrandaoUFRJ@gmail.com).

meio rural com suas múltiplas ruralidades.

Como o presente livro demonstrou, mesmo sendo esta apenas uma pequena amostra da riqueza de abordagens, métodos e temas que marcam e ressaltam a vitalidade e as múltiplas potencialidades do PPGDT, são muito variadas as suas contribuições, ao tratar: do desenvolvimento territorial sustentável; as transformações socioeconômicas e o desenvolvimento regional; a importância do apoio às inovações; o papel do financiamento de longo prazo; o potencial das formas alternativas dos empreendimentos autogestionários; as injustiças socioespaciais e a violência contra a mulher; a qualidade das águas em áreas periurbanas; o papel do capital turístico-imobiliário; a agricultura urbana; a história de chuvas; a análise do Oeste Metropolitano; as potencialidades da extensão universitária; o papel estratégico das cidades no processo de desenvolvimento.

Neste contexto de grande diversidade - mas sólida unidade de propósitos do Programa - gostaria de apontar sucintamente algumas questões, buscando dialogar com a riqueza dos referenciais teóricos-metodológicos e das temáticas analisadas no livro.

Iniciando pelo conceito central de Desenvolvimento, em seguida procuro apontar alguns elementos sobre Território e Territorialidades para pensar as Políticas Públicas em um país com inúmeras especificidades.

Em uma interpretação crítica e histórica, o desenvolvimento deve ser entendido como um processo complexo de decisões que logram estruturar o pleno exercício de opções alternativas que possam desatar inventividades voltadas à ampliação dos horizontes de aspirações sociais e a criação de possibilidades libertadoras, através da atuação cidadã autônoma e emancipada. Tal processo é tão complexo que acaba se revelando sempre um enorme desafio sua plena apreensão científica, dadas suas múltiplas dimensões e determinações: sociais, culturais, econômicas, políticas, ambientais etc.

O desenvolvimento enquanto construção social e política de trajetórias com durabilidade, deve permanentemente incluir parcelas crescentes das populações marginalizadas nos frutos do progresso técnico, gerar coesão, identidades, demarcação autônoma de espaços e uma coerência estruturada no território. É fundamental que esse processo transformador seja promovido simultaneamente em várias dimensões (produtiva, social, tecnológica etc.) e em várias escalas espaciais (local, regional, nacional, global etc.).

As estratégias de desenvolvimento, através de políticas públicas, devem agir sobre a totalidade do tecido sócio-produtivo, interpretar o conjunto territorial como um todo sistêmico, promovendo ações concertadas naquele espaço geográfico. Devem buscar a redução das disparidades inter-regionais, combatendo o fosso entre os lugares e as pessoas, almejando ampliar a autodeterminação daquela comunidade, ofertando-lhe direitos, cidadania e bens e serviços públicos de qualidade. Assim, o grande desafio da ação pelo verdadeiro desenvolvimento é construir, simultaneidades, em um movimento unificador e combinatório dos seguintes pares (por vezes antagônicos): eficiência/equidade;

especialização/ diversificação produtivas; crescer/redistribuir renda e riqueza, etc. Ou seja, essas estratégias, estando legitimadas sociopoliticamente, devem construir, com intencionalidade, participação cidadã e diálogo, permanentemente modos de integrações e coesões produtiva, social, política, cultural, econômica e territorial. E, mais ainda, devem ter adaptabilidade e plasticidade em relação à natureza e às dinâmicas de cada território.

Neste sentido, o verdadeiro desenvolvimento exige envolvimento e legitimação de ações disruptivas. Portanto, envolve tensionamentos, a eleição conflituosa de alternativas e embates permanentes em torno de opções possíveis de construção de trajetórias históricas distintas, com horizontes temporais de curto, médio e longo prazos, explicitando os interesses postos em relação à cada possível via ou trajetória a trilhar.

Daí seu inescapável diálogo com o planejamento, que é uma técnica social que estrutura intencionalidades, que ensejam temporalidades mais alargadas, projetando no tempo e no espaço decisões cruciais transformadoras das estruturas sociais. Tais decisões resultam da condensação das ações e dos interesses de frações de classes sociais, que se manifestam no seio dos aparelhos do Estado. Como instrumento ordenador e racionalizador da ação pública, a ação planejadora pode dar um pouco de previsibilidade ao futuro, lidando com seu caráter inexoravelmente incerto. O planejamento é um processo sociopolítico-técnico de organização, coordenação e orientação que luta pelo aprimoramento do nível de racionalidade na busca da transformação de determinada realidade social. Neste sentido, ele é um problema técnico, organizacional, institucional, social e político. Além disso, mais do que ser sensível, ele deveria incorporar (introjetar na verdade) as dimensões territoriais e da produção social do espaço em suas ações e atribuições.

A efetividade das políticas públicas que tenham potencial para alterar determinada realidade territorial e poder levar à frente um processo de planejamento de uma senda escolhida, requer a discussão das capacidades governamentais, nodais ou estatais. Há uma recente e vasta literatura sobre esta importante temática, que procura tratar das diversas dimensões das capacidades: organizacional; burocrática; de dar modalidade e coerência às ações estatais; de reescalonar e espacializar o poder público; do suporte fiscal-financeiro; a adaptabilidade e plasticidade das ações nos públicas em territórios singulares; a de cultivar ambientes democráticos e participativos, promovendo negociações e apreendendo os anseios populares. Ou seja, os aparelhos estatais e as instituições públicas deveriam estabelecer e aperfeiçoar em suas ações canais de interlocução com a sociedade, dando voz também aos inviabilizados e marginalizados pelos processos sociopolíticos e espaciais, respeitando as singularidades territoriais.

Seria imprescindível desenvolver capacidade governativa territorializada. Ter capacidade de formulação e implementação de políticas públicas de desenvolvimento territorial com um Estado capaz de uma atuação de reescalonamento e transversalidade, que realmente atinja a vida cotidiana da população, sobretudo aquela mais vulnerável. Importa para isto, formar gestores públicos e cientistas sociais críticos e sensíveis às

abordagens territoriais.

Há uma pluralidade de territórios e há uma pluralidade de conceitos de território. Porém o que unifica o pensamento crítico é a certeza de que discutir território é discutir poder, suas relações e, sobretudo o seu exercício continuado, que realizam a moldagem social, as formas da produção espacial de cada territorialidade sob análise.

Embora todo e qualquer fato social se localiza em, ocupa e disputa o espaço, o território não deve ser visto como mero repositório coisificado, unidade passiva ou simples suporte de localização de objetos e atividades. Território é ambiente construído, utilizado e politizado, lócus de compromissos e disputas. É uma (con)formação socioespacial prenehe de relações de poder: espaço em que se exerce poder. Assim, nosso objeto de investigação só pode ser o território usado – objeto de análise e objeto de intervenção – que precisa ser interpretado (em movimento histórico-contraditório) e que precisa ser transformado.

Os territórios enquanto resultantes da operação dos processos de especialização e diferenciação materiais e imateriais da sociedade, envolvem, necessariamente, relações sociais de arbítrio, criação, nexos e poder. Eles são ligadura e junção de confluências e conflitualidades de projetos de sujeitos sócio-políticos reais-concretos e em disputa. Há uma pluralidade de interesses sociais em disputa, buscando a construção de um compromisso contestado, produzido e pactuado em um território vivo. Territórios são construções sociais, discursivas, culturais e materiais. Neles se debatem (podendo ser compatibilizados ou não) projetos e trajetórias em contenda.

Assim, o território é uma unidade privilegiada de reprodução social, denominador comum, desembocadura, encarnação de processos diversos e manifestação de contendas entre interesses múltiplos, mas, ao mesmo tempo, lócus de possibilidade de concertação de projetos em disputa.

Se o território é nexos, ele precisa ser analisado em suas variadas conexões, suas relações assimétricas de interdependência e dominação. Há diferenciação territorial e ela precisa ser apreendida em sua totalidade. Se ele é moldado por relações desiguais de força e por decisões de atores, agentes e sujeitos sociais com ativos assimétricos, então nosso laboratório de pesquisa deve ser os embates, confluências e contradições sociais que forjam aquele espaço. Precisamos aquilatar as lutas que são travadas em torno da apropriação diferencial socioespacial e os projetos, representações, aprendizagens coletivas etc. em disputa. Neste sentido, é crucial identificar possíveis interlocutores que possam encarnar lógicas de mudança da situação diagnosticada.

As políticas públicas precisam ter capacidade de realização de leitura estruturais e conjunturais, desenvolvendo um diagnóstico de conhecimento aprofundado dos territórios particularizados. Analisar, da forma mais bem dosada possível, tanto as inércias, rigidezes sociais, culturais, institucionais e políticas, quanto as dinâmicas e os sujeitos portadores de decisões transformadoras. Avaliar a versatilidade, a adaptabilidade e a plasticidade, efetivas e potenciais, para se ter um bom balanço da capacidade de moldar um território

vigoroso, ativo e emancipado.

Ou seja, a concepção teórica e metodológica a ser adotada, em uma leitura crítica da realidade de determinado lugar, é a da produção social do espaço, dos conflitos que se estruturam e dos antagonismos que são tramados em torno deste quadro e ambiente construído. Mas atenção: teorizar sobre ações com intencionalidade transformadora em determinado território requer uma agenda interpretativa extensa e complexa. Requer que sejam elaborados novos instrumentos analíticos que melhor entendam a interação social construtora da autonomia de decisões de sujeitos emancipados. Conduz a que se persiga recorrentemente a ativação de recursos materiais e simbólicos e a mobilização de sujeitos sociais e políticos, lutando por ampliar o campo de ação da coletividade, aumentando sua autodeterminação e liberdade de decisão. Estruturando novos arranjos institucionais que possibilitem a articulação de pactos territoriais. Tomar o território enquanto potência vigorosa de transformação.

É nesse sentido que este livro dialoga adequadamente com grande parte das características, aqui esboçadas, dos processos de desenvolvimento e de produção socioterritorial. Esta obra coletiva apresenta uma importante agenda de pesquisa e de debates necessários para o enfrentamento da multidimensional crise em que estamos mergulhados, podendo ser fonte de inspiração para a proposição de políticas públicas mais consistentes.

Desde o momento de criação do PPGDT, em 2012, o Brasil passou por um vendaval de acontecimentos, com a aceleração do tempo histórico. Neste momento excepcional e enigmático da vida nacional, em que há uma condensação de nossas contradições históricas, em conjuntura de profunda e multidimensional crise (econômica, política, civilizatória e sanitária), seria necessário promover políticas realmente redistributivas (não apenas focalizadas e compensatórias): garantir uma renda mínima permanente para as populações vulneráveis; refundar e fortalecer a capacidade de implementação de políticas públicas; aprender a engendrar assimetrias virtuosas, de forma difusa e pervasiva, por todos os territórios. Tais ações públicas deveriam ser geradoras de combate frontais às (re) combinadas formas de heterogeneidades estruturais e aos variados e recalcitrantes lógicas e mecanismos socioeconômicos, culturais e políticos de espoliação, opressão, exploração e marginalização.

Estratégias criteriosamente espacializadas e territorializadas de desenvolvimento deveriam orientar a implementação de um conjunto de políticas públicas - marcadas pela multidimensionalidade, multiescalaridade e transversalidade - que tivessem como o eixo a substantividade da vida cotidiana vivida. A ação pública e coletiva deveria colocar no centro de suas preocupações um sistema de provisão de bens, infraestruturas, serviços e equipamentos coletivos de utilidade pública, sobretudo nos espaços regionais mais desiguais.

Em uma democracia de baixíssima intensidade e em tempos desafiantes de

pandemia e profunda crise, são imensos os enfrentamentos que teremos que realizar social e politicamente nesta terceira década do século XXI. Será preciso recolher e enfeixar condições objetivas e subjetivas que logrem se contrapor à constelação de injustiças e destituições, que nos são impostas e nos constroem, estruturando e legitimando decisões alternativas e estratégias de desenvolvimento territorial com ousadia.

O poder resistente dos interesses retrógrados, antinacionais e antipopulares, a falta de uma articulação nacional de forças progressistas, a insuficiência da participação popular, dentre outros fatores, impõem constrangimentos histórico-estruturais à transformação daquelas realidades e mazelas que apontamos. Também a coerção da concorrência federativa horizontal intra nível das unidades da federação etc., conspiram contra a cooperação micro, meso e macrorregional, além de não atingir o lugar da vida cotidiana dos cidadãos. É urgente a construção social de uma sólida legitimação política para a atuação estatal multi-escalar e com transversalidade de suas políticas públicas.

Neste contexto, as lutas e as resistências devem continuar, cotidianamente, em todos os nossos territórios e espaços urbano-regionais. Somos desafiados a *trans-formar* nossas lutas, pois, “não é na resignação, mas na rebeldia em face das injustiças que nos afirmamos”, como afirmava Paulo Freire.

Como nunca, temos a necessidade de uma potente resistência, antes de tudo na defesa da democracia, mas também da soberania nacional, e da luta contra as múltiplas injustiças, destituições, tiranias, intolerâncias e desigualdades que marcam estruturalmente o Brasil.

O acúmulo de experiências exitosas de políticas públicas, o papel decisivo das instituições públicas, entre as quais as universidades, são patrimônios da sociedade e demonstrarão sua capacidade de potencializar a vitalidade e a energia das mulheres e homens brasileiros quando o vendaval passar.

Assim, o momento é também de comemorações. Este livro que temos em mãos expressa sinteticamente a quantidade e sobretudo a qualidade da educação pública brasileira e do muito que se tem pesquisado, produzido, debatido e ensinado no PPGDT. Ao ser um programa multidisciplinar, plural e multicampi e podendo apreender, de forma privilegiada, a riqueza e as diversidades social, política, cultural e econômica, em um território muito particular. Talvez poderíamos denominar este campo ou “laboratório socioespacial” de megacidade, ou cidade-região do Rio de Janeiro, um espaço metropolitano de urbanização regionalizada complexa, que detém uma ampla, variegada e dispersa retaguarda de operações e territorialidades que proporcionam sua pluralidade dinâmica, ainda insuficientemente estudada, o garante um grande futuro para este Programa de Pós-Graduação.

Com quase uma centena de dissertações defendidas nestes dez anos, o PPGDT consolida-se como um dos poucos cursos que detém a experiência e a capacidade de articular adequadamente as problemáticas urbanas, rurais e regionais para pensar políticas

públicas consequentes para o desenvolvimento dos variados territórios e territorialidades, contribuindo, e muito, para o entendimento e a transformação do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil.



## **SOBRE OS/AS AUTORES/AS**

### **Docentes do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)**

**ADRIANA SOARES DE SCHUELER** - Professora Associada da UFRRJ, onde leciona e orienta temas associados ao impacto ambiental produzido em cidades, principalmente os relativos ao saneamento urbano (Resíduos sólidos urbanos, águas e esgoto) e à infraestrutura urbana, no Curso de Arquitetura e Urbanismo e, no PPGDT. É D.Sc em Engenharia Civil, com ênfase em Geotecnia Ambiental pela COPPE/UFRJ, Arquiteta e Urbanista pela Escola de Arquitetura e Urbanismo e M.Sc. em Engenharia Civil com ênfase em Produção Civil, ambos pela Universidade Federal Fluminense. Fez Pós-Doutoramento na área de avaliação ambiental de áreas contaminadas. Na UFRRJ, coordena o grupo de estudos EcoCidades, com pesquisas e projetos sobre infraestrutura urbana, (principalmente saneamento e mobilidade urbana).

**ALDENILSON DOS SANTOS VITORINO DA COSTA** - Geógrafo formado pela Universidade Federal do Tocantins, Especialista em Gestão e Planejamento Ambiental pelo Instituto Tocantinense de Pós-graduação, Mestre e Doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ e doutor em Geografia pela Universitat Autònoma de Barcelona. Coordena o Núcleo de Estudos de Governo, Inovação e Território (NEGIT) e é pesquisador do Laboratório Espaço, sociedade, tecnologia e espaço (IPPUR/UFRJ). Investiga a relação entre inovação, território e sociedade e as transformações impulsionadas a partir dessa relação no âmbito das cidades, com foco nos seguintes temas: governo, política pública, produção do espaço e urbanização. Atualmente é docente no Departamento de Administração Pública da UFRRJ, e, do Cederj, no Departamento de Geografia.

**ANA PAULA DIAS TURETTA** - Graduada e licenciada em Geografia pela UFRJ, possui mestrado e doutorado (2004) em Agronomia, área de concentração, Ciência do Solo, pela UFRRJ e pós-doutorado no departamento de qualidade do solo da Universidade de Wageningen. Desde 2006 é pesquisadora na Embrapa Solos-RJ, com vasta experiência na área ambiental, especialmente na relação solo e paisagens rurais. Suas linhas de pesquisa incluem a avaliação da sustentabilidade de paisagens rurais e de sistemas alimentares, com ênfase em serviços ambientais do solo, e sua relação com o potencial multifuncional da agricultura. É docente permanente do PPGDT. Atualmente é representante da América Latina para o Comitê Diretivo do Ecosystem Services Partnership, além de atuação na avaliação Nexus alimento-água-biodiversidade-saúde, do IPBES.

**CARLA HIRT** - Licenciatura e mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e doutorado em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, da UFRJ (IPPUR/UFRJ). Atualmente é professora de Geografia, ensino médio, no Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), onde

atua na Pós Graduação Lato Sensu em Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade, e em Educação em Direitos Humanos. É também professora colaboradora do PPGDT/UFRRJ e atualmente é diretora da Seção Rio de Janeiro da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB-Rio) - biênio 2020-2022. Atua principalmente nos seguintes temas: geografia política e econômica; e planejamento urbano e regional.

**CRISTHIANE OLIVEIRA DA GRAÇA AMÂNCIO** - Doutorado em Ciências Sociais com ênfase em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela UFRRJ. É pesquisadora A da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Agrobiologia, RJ) e professora permanente do PPGDT/UFRRJ. Atua nas áreas de sociologia rural, inovação social e metodologias de intervenção em comunidades rurais. Atualmente atua junto a agricultores familiares, estudando sobre sociologia e extensão rural, adequações sociotécnicas em processos de inovação social e análise de agroecossistemas que valorizem: a identidade, as novas ruralidades e o desenvolvimento territorial.

**DENISE DE ALCANTARA PEREIRA** - Professora Associada do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU-IT) e do PPGDT/UFRRJ, desde 2013. Bolsista de Produtividade da FAPERJ (Jovem Cientista de Nosso Estado 2018); Pós-doutorado no Behner Stiefel Center for Brazilian Studies da San Diego State University (2019) e pelo PROARQ-FAU-UFRJ (2010-2012); vinculada como pesquisadora colaboradora ao Grupo ProLugar (UFRJ) e ao grupo “Para uma crítica da Economia Política do Espaço” (UFRRJ). Doutora e mestra em Arquitetura e Urbanismo pelo PROARQ-UFRJ, com doutorado sanduíche no City Planning Department da School of Public Affairs da San Diego State University (2006); graduada em Arquitetura e Urbanismo pelo Instituto Metodista Bennett. Líder do grupo de pesquisa GEDUR-UFRRJ, desde sua fundação em 2012.

**DINÁ ANDRADE LIMA RAMOS** - É economista pela UFRRJ, mestre demógrafa em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE)/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), doutora em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária, no PPGCTIA/UFRRJ. Atua como docente no Departamento de Ciências Econômicas e Exatas e do PPGDT, ambos da UFRRJ. Coordenadora do Laboratório Cidadãos Conectados com As Instituições Locais Pelo Desenvolvimento Sustentável (LCIDS)/UFRRJ, e é pesquisadora no Programa de Ensino Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial (PEPEDT/UFRRJ). Pesquisa o desenvolvimento econômico territorial rural multidimensional e o protagonismo de atores locais, pelo controle social de recursos, bens e serviços, ou em busca de atividades de inclusão produtiva.

**LAMOUNIER ERTHAL VILLELA** - Pós-doutor em Administração Pública - EBAPE/FGV, 2011, Doutor em Economia Aplicada pela Université Paris III (Sorbonne Nouvelle), 1999, Mestre em Planejamento Energético pela COPPE/UFRJ, DEA pela Université de Grenoble II. Professor do Departamento de Economia da UFRRJ e nas pós-graduações do PPGDT e Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária (PPGCTIA), ambos da UFRRJ. Atua com foco nas temáticas: políticas públicas, ações e governança participativa, redes, gestão social,

controle social, desenvolvimento local e territorial sustentável. Lidera o grupo de pesquisa no CNPq Laboratório de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (LPDT). Desenvolve atividades de extensão universitária. Coordenador do Programa de Extensão “Ensino Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial” (PEPEDT).

**LUCIA HELENA PEREIRA DA SILVA** - Doutora em História com pós-doutoramento em Planejamento Urbano e Regional. Tem experiência em pesquisa voltada à História Urbana e História do Planejamento Urbano com ênfase na atuação do Estado (em suas múltiplas esferas). Atualmente tem como objeto de investigação urbanização na periferia, mas especificamente, processo de ocupação urbana na Baixada Fluminense. Docente da UFRRJ, do campus de Nova Iguaçu e do PPGDT.

**MARCIO SILVA BORGES** - Professor Associado do Departamento de Administração e Turismo (DAT-IM) e do PPGDT/UFRRJ. Pós-Doutorado d’Adm. i Gestió Econòmica dels Recursos Naturals - Universitat de Lleida - Espanha (2018).. Doutor em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária (PPGCTIA) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com doutorado sanduíche na Universidad Nacional de Río Cuarto (UNRC) - Argentina (2014). Atua como Professor Visitante no Mestrado em Competitividade e Sustentabilidade na Universidad Autónoma de Guerrero - México, desde 2018. Mestre em Gestão Estratégica de Negócios (PPGEN) pela UFRRJ (2009). Graduado em Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Rural (PLAGEDER) pela UFRGS (2018) e Administração de Empresas pela UFF (1995). Líder do Grupo de Pesquisa GESER, desde 2015.

**RAQUEL PEREIRA DE SOUZA** - Graduada em Ciências Econômicas com doutorado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente é professora e pesquisadora da Universidade Federal Fluminense (UFF) no Departamento de Engenharia de Agronegócios, bem como no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (UFRRJ) . Tem atuado com temas ligados ao desenvolvimento rural, agricultura familiar, políticas públicas e desenvolvimento territorial.

**ROBSON DIAS DA SILVA** - Mestre e Doutor pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor da UFRRJ. Leciona cursos na graduação e pós-graduação. Suas pesquisas se concentram no campo da economia regional e urbana e do desenvolvimento latino-americano e caribenho. Seus temas prioritários se baseiam em “recursos naturais e crescimento”, “urbanização e industrialização”, “mudança climática e nova economia do clima”. Autor do livro “Indústria e Desenvolvimento Regional no Rio de Janeiro” (2012, FGV/FAPERJ). Foi Visiting Scholar no Intitute of Latin American Studies da Columbia University e membro da direção da seção latino-americana da Regional Studies Association (RSA) no biênio 2018-2020.

**SUSANA IGLESIAS WEBERING** - Professora do Departamento de Administração e Turismo (DAT) da UFRRJ. Docente permanente do PPGDT e colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Gestão e Estratégia (PPGE), ambos na UFRRJ. É Doutora em Engenharia

de Produção pela COPPE/UFRJ e Doutora em Economia Social pelo Instituto Universitario de Investigación en Economía Social, Cooperativismo y Emprendimiento (IUDESCOOP) da Universidade de Valência (Espanha), com menção internacional (Doutorado Europeu). É Mestra em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ e Bacharel em Administração pela UFRRJ. Membro do Observatório de Turismo da Região Turística Baixada Verde. Coordena o Grupo de Estudos Transdisciplinares em Organizações (GESTO). Atua com ênfase em estudos organizacionais, cooperação e autogestão.

**TATIANA COTTA GONÇALVES PEREIRA** - Professora do Departamento de Ciências Jurídicas e do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT), ambos na UFRRJ. Graduada e Mestre em Direito pela UERJ, doutora em Ciências Sociais e Jurídicas pela UFF. Pesquisadora do Laboratório de Direito e Urbanismo (LADU/FAU/UFRJ. Na UFRRJ lidera o Grupo de Pesquisa em Direito e Justiça Ambiental (DIJA) e coordena o Núcleo de Assessoria Jurídica Popular Marli Coragem. Atuação em pesquisa na área do Direito Ambiental, especialmente racismo e injustiça ambiental, conflitos socioambientais, saneamento ambiental e na área do Direito Urbanístico, especialmente a efetividade de Planos Diretores na garantia do direito à terra, à moradia e à cidade e o processo de metropolização do espaço e suas consequências em áreas rurais e periféricas.

**VINÍCIUS FERREIRA BAPTISTA** - Administrador, doutor em Políticas Públicas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), atuando como docente e pesquisador do Departamento de Administração Pública na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas na mesma universidade. Também é docente permanente no Programa de Pós-graduação em Ciência Política na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Atua nas temáticas de violência contra a mulher, políticas públicas, gênero e direitos.

## **Autores Convidados**

**ADRIANA DOS REIS MONTEIRO** - Engenheira Florestal, formada pela UFRRJ. Mestre em Engenharia de Transportes pelo IME e especialista em nível de Doutorado, em Prevenção de Desastres Naturais. Docente da Pós-Graduação no Grupo Phorte/UNESA, na Universidade de Volta Redonda (UNIFOA) e na Universidade Municipal de São Caetano do Sul, nas áreas do Direito e da Gestão Ambiental, Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos e Gerenciamento de Projetos. Membro do Fórum Brasileiro de Mudança Climática. Perita, gestora e consultora em desastres e ambientais, bem como externalidades negativas do processo produtivo.

**BRUNA MARIA** - Graduada em Agronomia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Possui experiência na área de Agronomia, com ênfase em Extensão Rural.

**CAIQUE GIACOMO RAGAZZI** - Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (UFRRJ) e Servidor no Departamento de Direito, Humanidade e Letras – Instituto Três Rios – UFRRJ.

**CAREN FREITAS DE LIMA** - Caren Freitas de Lima, Graduada em Economia, Integração e Desenvolvimento pela UNILA. Especialista em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ e mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas pela UFRRJ. Participante da Rede Carioca de Agricultura Urbana, Teia de Solidariedade da zona oeste e UMP-RJ.

**DANIEL NETO FRANCISCO** - Doutorando em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária (PPGCTIA/UFRRJ), área de concentração em Políticas Públicas Comparadas. Mestre pelo PPGDT. Graduado em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências. Atua também no Laboratório de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas da UFRRJ, nas temáticas de: governança territorial, cooperativismo e associativismo, economia solidária, desenvolvimento territorial sustentável, agenda 2030 gestão social.

**DECIO TUBBS** - Graduado em Geologia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde é professor adjunto. Possui mestrado em Geociências (Geoquímica) pela Universidade Federal Fluminense. Foi diretor e presidente do comitê Guandu. Tem experiência na área de geociências com ênfase em hidrogeologia e atua principalmente nos seguintes temas: águas subterrâneas, gestão de recursos hídricos, comitês de bacias hidrográficas, abastecimento e qualidade de água.

**FELIPE JARDIM** - Doutorando em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro na linha de pesquisa em Direito da Cidade (2019). Mestre em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco na linha de pesquisa em Planejamento e Gestão (2018). Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco (2015). Editor da Revista de Direito da Cidade (A1). Advogado. Pesquisador do Mentalities in Flux (Flumen/Friedrich-Schiller-Universität Jena), da Comunidade Interdisciplinar de Ação, Pesquisa e Aprendizagem (CIAPA/UFPE), e do grupo de pesquisa Políticas Públicas e Território (PPT/ UERJ).

**JAVIER WALTER GHIBAUDI** - Professor Associado da Faculdade de Economia, Universidade Federal Fluminense (UFF) e do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE/UFF). Doutor e Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010), possui graduação em Economia pela Universidade de Buenos Aires (2001). Atua principalmente nas áreas de Economia Política e Desenvolvimento Econômico, com foco na América Latina e a relação entre Estado e Território.

**JOÃO PEDRO RIBEIRO** - Graduando em Economia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Tem experiência na área de Agronomia, atuando principalmente nos seguintes temas: taxonomia e flora do Brasil.

**JOVER MENDES DE OLIVEIRA NEGRÃO** - Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018-2020 (PPGDT-UFRRJ), linha de desenvolvimento e políticas públicas. Graduado no Curso de Graduação em Administração Pública pela UFRRJ. Atuou como bolsista de Iniciação Científica na

modalidade PIBIC, apoiada pelo CNPq, no período 2013/2014, desenvolvendo pesquisa vinculada ao NEPOLG (Núcleo de Estudos em Políticas Públicas e Gestão) cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.


**LEONIS JÚNIOR SILVA** - Graduando em Agronomia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Técnico em Agrimensura, em formação, e Técnico em Agroecologia formado pelo Colégio da UFRRJ. Experiência com planejamento e exposição de aulas, pelo processo de monitoria das disciplinas do ciclo técnico em agroecologia, no CTUR/UFRRJ. Experiência com educomunicação em agroecologia, entre juventudes de diferentes realidades, através do grupo de teatro DiversidArte - CTUR. Experiência com organização de Vivências Interdisciplinares e Mutirões agroecológicos, através do projeto Vivência Interdisciplinar em Agroecologia, em parceria com o CTUR/UFRRJ e o Instituto Federal de Goiás Velho (IFG). Experiência com Etnobotânica, Juventudes rurais, e Extensão rural, através do processo de estágio sob supervisão do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFRRJ, no Ponto de Cultura Rural de Bom Jardim/RJ. Experiência com Construções Rurais, e Manejo de gado orgânico, sob a supervisão do CTUR, na Fazendinha Agroecológica da Embrapa Agrobiologia.

**PATRICK GOMES** - Graduando do curso de Ciências Econômicas do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da UFRRJ. Tem experiência na área de análise de dados e *machine learning*.


**RITA DE CÁSSIA SANTOS DE SOUZA** - Bacharel em Biologia Animal e Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas pela UF Rural RJ. Atua como bióloga na Prefeitura Municipal de Angra dos Reis desde 2012, desenvolvendo projetos na área ambiental e urbana.

**VINÍCIUS PERRUT DOS SANTOS** - Graduado em Engenharia de Agrimensura e Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, ambos pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. É desenhista projetista da Coordenadoria de Projetos de Engenharia e Arquitetura da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Atua na área de Planejamento Urbano e Regional, com ênfase em Aspectos Físico-Ambientais do Planejamento Urbano e Regional.



 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

 @atenaeditora

 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)



# TERRITORIALIDADES, POLÍTICAS E SUSTENTABILIDADE:



Agenda e questões contemporâneas

 Atena  
Editora

Ano 2022